



# MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03/2021 - Junho/2021

# Índice

05	Boletim Informativo - CAOPAM
06	Notícias do MPBA - <b>Justiça acata mandado de segurança do MPE e MPT e determina que os médicos celetistas da rede própria de saúde do Estado não sejam substituídos por pejetistas</b>
07	Notícias do MPBA - <b>Município de Feira de Santana deve se abster de contratar terceirizados para cargos da administração municipal</b>
07	Notícias do MPBA - <b>MP aciona ex prefeito de Juazeiro por contratações irregulares</b>
07	Notícias do MPBA - <b>MP recomenda ao Município de Juazeiro anulação das contratações realizadas sem processo seletivo simplificado</b>
08	Notícias do MPBA - <b>Fundação da Criança e do Adolescente se compromete a disponibilizar descrição da nota final de candidatos a Reda</b>
08	Notícias do MPBA - <b>MP recomenda suspensão de processo seletivo simplificado para Reda em Barreiras</b>
08	Notícias do MPBA - <b>MP firma acordo com a Câmara Municipal de Maracás para regularizar quadro de servidores comissionados</b>
09	Notícias do MPBA - <b>Prefeito de Bom Jesus da Serra é acusado de improbidade por perseguição política a servidores</b>
09	Notícias do MPBA - <b>Nova Fase da Operação Casmurro cumpre medidas cautelares contra policiais na Chapada Diamantina</b>
09	Notícias do MPBA - <b>Terceira Fase da Operação Casmurro prende delegado e Agentes da Polícia Civil na Chapada Diamantina</b>

# Índice

10	Notícias do MPBA - <b>MP aciona ex-prefeito de Salinas da Margarida por conta de negligência com os veículos do Município</b>
10	Notícias do MPBA - <b>Justiça estabelece multa de R\$ 940 mil a Paripiranga por falta de regulamentação do trânsito local</b>
10	Notícias do MPBA - <b>MP recomenda a Salvador suspensão de licitações de alienação de terrenos por falta de transparência</b>
11	Notícias do MPBA - <b>Cooperação técnica entre MP e Sebrae visa maior eficiência dos negócios públicos nos municípios baianos</b>
11	Notícias do MPBA - <b>Resolutividade no segundo grau é tema de webinar no MP</b>
11	Notícias do MPBA - <b>MP e MPF recomendam ao Município de Guanambi rescisão de contrato com escritório de advocacia</b>
12	Notícias do MPBA - <b>MP recomenda que Juazeiro siga os critérios técnicos estabelecidos no Plano Nacional de Imunização para vacinação dos grupos prioritários</b>
12	Notícias do MPBA - <b>Covid-19 - Bahiatursa é orientada a condicionar repasses para lives juninas a respeito a normas sanitárias</b>
13	Notícias do STF
14	Notícias do STJ
15	Expediente

Prezados colegas,

Apresento a terceira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2021. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOPAM

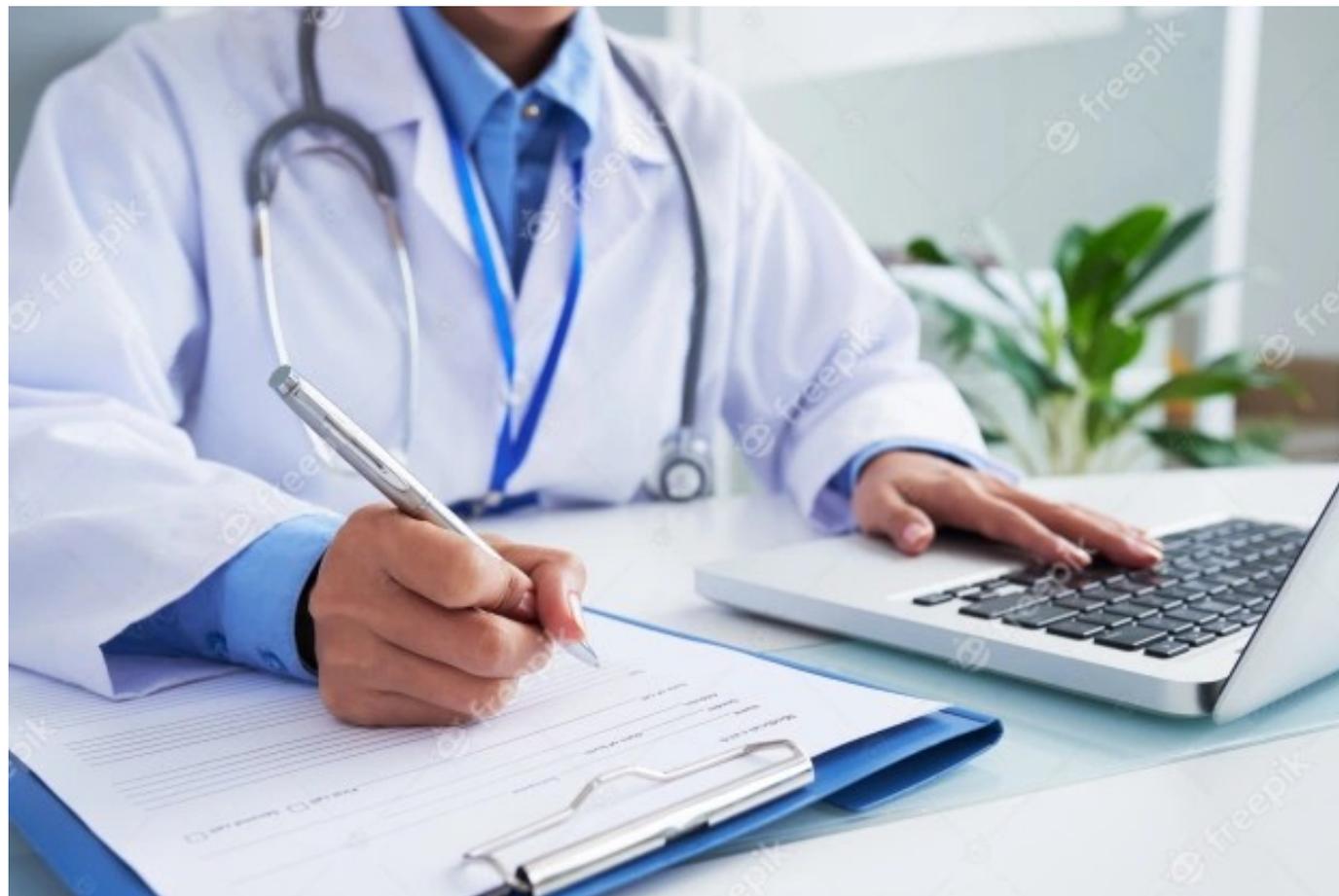
# Boletim Informativo – CAOPAM



# Notícias do MPBA

## Justiça acata mandado de segurança do MPE e MPT e determina que os médicos celetistas da rede própria de saúde do Estado não sejam substituídos por pejoatistas

O Ministério público estadual, por meio do promotor de Justiça Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira, ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o ex prefeito do Município de Muniz Ferreira, Wellington Sena Vieira. Segundo o promotor de Justiça, a Casa Legislativa comunicou ao MP que o acionado, no ano de 2019, desatendeu reiteradamente os pedidos de informações que lhe foram dirigidos pelos vereadores, tais como a relação dos carros oficiais e contratados pelo Município, com a relação de motoristas e seus vencimentos, além de cópias de suas habilitações, relação de itinerário dos veículos e gastos com combustível. Na ação, o MP requer que o acionado [Veja mais](#)



Crédito: <https://bit.ly/3iaVCfS>

# Notícias do MPBA

## Município de Feira de Santana deve se abster de contratar terceirizados para cargos da administração municipal

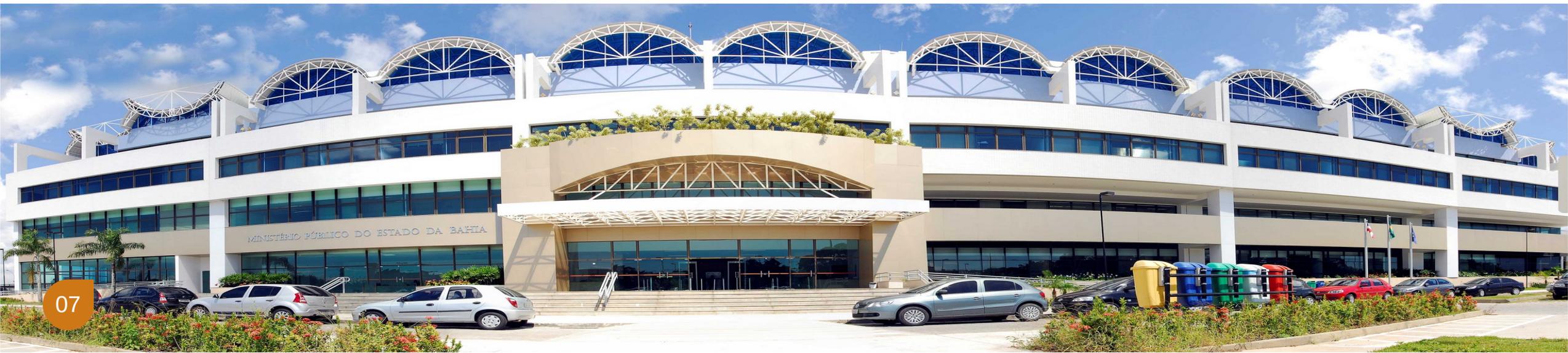
O Ministério Público estadual, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público de Contas recomendaram ao Município de Feira de Santana que se abstenha de contratar, por meio de cooperativas ou outras pessoas jurídicas, trabalhadores terceirizados para assumir cargos, empregos ou funções da administração pública municipal expressamente previstos por lei. Além disso, o Município deve, no prazo de 30 dias, fazer um levantamento do quantitativo de servidores públicos necessários [Continue lendo](#)

## MP aciona ex prefeito de Juazeiro por contratações irregulares

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o ex prefeito de Juazeiro Isaac Cavalcante de Carvalho em razão de contratações irregulares efetuadas no período em que foi prefeito, entre os anos de 2009 a 2016. Segundo a promotora de Justiça Daniela Baqueiro, autora da ação, o acionado já foi condenado em virtude de contratações irregulares de servidores em janeiro de 2010, no entanto continuou contratando irregularmente até o final da sua gestão, em 2016. [Continue lendo](#)

## MP recomenda ao Município de Juazeiro anulação das contratações realizadas sem processo seletivo simplificado

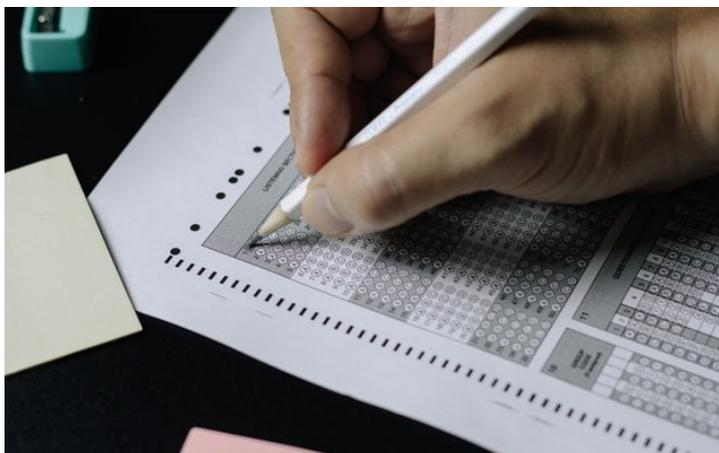
O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Daniela Baqueiro Vargas, recomendou na segunda (7) que o Município de Juazeiro anule todas as contratações que não tenham se submetido a processo seletivo simplificado, no prazo de 120 dias. Além disso, o Município deve anular todas as contratações temporárias que não se adequem aos requisitos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal - previsão em lei; prazo predeterminado; necessidade de caráter [Continue lendo](#)



# Notícias do MPBA

## Fundação da Criança e do Adolescente se compromete a disponibilizar descrição da nota final de candidatos a Reda

A Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) celebrou um acordo com o Ministério Público estadual para divulgar em seu site um endereço de email para que os candidatos possam solicitar cópia do espelho das notas do processo seletivo Reda, com a descrição do cálculo da nota final e a motivação dos julgamentos dos recursos interpostos. O acordo foi proposto [Continue lendo](#)



Crédito: <https://bit.ly/36EMIBW>

## MP recomenda suspensão de processo seletivo simplificado para Reda em Barreiras

O Ministério Público Estadual, por meio do promotor de Justiça André Luis Fetal, recomendou ao Município de Barreiras, na última quarta-feira, 09, a suspensão, em até 30 dias, do processo seletivo simplificado para contratação de servidores temporários sob o Regime Especial de Direito Administrativo (Reda). O MP recomendou também a exoneração de eventuais candidatos convocados e empossados por meio do processo. A 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras constatou possíveis irregularidades que ofendem aos princípios da legalidade, moralidade administrativa, transparência, e isonomia previstas em lei, e que comprometem a validade e a lisura do processo seletivo. Segundo o promotor, o edital exigiu dos candidatos a entrega de documentos em envelope lacrado, com informações do nome e função pretendida, além das documentações já exigidas, mas sem lhes fornecer documento comprobatório da entrega. [Confira](#)



Crédito: <https://bit.ly/3ksF1Hb>

## MP firma acordo com a Câmara Municipal de Maracás para regularizar quadro de servidores comissionados

A Câmara Municipal de Maracás assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público estadual se comprometendo a não admitir mais cargos comissionados que não se enquadrem nas funções de chefia, direção ou assessoramento. O TAC pede que sejam respeitados os dizeres da Constituição Federal que estabelecem o concurso público como regra de acesso a cargos na administração pública, com exceção dos cargos [Prossiga](#)



Crédito: <https://bit.ly/3wHFxn1>

## Prefeito de Bom Jesus da Serra é acusado de improbidade por perseguição política a servidores

O prefeito de Bom Jesus da Serra, Jornando Vilasboas Alves, foi acusado de improbidade administrativa pelo Ministério Público estadual em ação civil pública ajuizada ontem, dia 12, pelo promotor de Justiça Ruano Leite. Segundo a ação, o gestor realizou “perseguição política” contra 18 servidores municipais, por meio de remoção indevida de um deles e redução em até 70% das remunerações dos demais, sem lhes oferecer direito a ampla defesa. [Confira](#)

## Nova Fase da Operação Casmurro cumpre medidas cautelares contra policiais na Chapada Diamantina

Uma pessoa foi presa na nova fase da Operação Casmurro, deflagrada na manhã de hoje, dia 2, nos municípios de Seabra e Cachoeira, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e das Promotorias criminais e de patrimônio público de Seabra, em conjunto com a Força Tarefa de combate a crimes praticados por policiais civis e militares, da Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP/BA). [Prossiga](#)



Crédito: <https://bit.ly/36C9Ws6>



## Terceira Fase da Operação Casmurro prende delegado e Agentes da Polícia Civil na Chapada Diamantina

Seis pessoas foram presas na nova fase da Operação Casmurro, deflagrada na manhã de hoje, dia 30, nos municípios de Seabra e Salvador, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e das Promotorias Criminais e de Patrimônio Público de Seabra, em conjunto com a Força Tarefa de combate a Crimes praticados por Policiais Civis e Militares, da Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP/BA). [Continue lendo](#)

# Notícias do MPBA

## MP aciona ex prefeito de Salinas da Margarida por conta de negligência com os veículos do Município

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Leandro Ribeiro de Mattos, ajuizou ação civil pública contra Antônio Castelucci Ferreira, ex prefeito de Salinas da Margarida, e Elson França Santos, coordenador de transportes na gestão 2013/2016, por conta de negligência com os veículos do Município. 'A conduta apurada evidenciou, a partir do resultado da perícia realizada pelo Departamento de Polícia Técnica (DPT) da Coordenadoria Regional de Santo Antônio de Jesus, não apenas a falta de conservação dos bens públicos, como também verdadeira depredação, uma vez que alguns veículos estavam com peças faltantes [Confira](#)

## Justiça estabelece multa de R\$ 940 mil a Paripiranga por falta de regulamentação do trânsito local

O Tribunal de Justiça acatou recurso interposto pelo Ministério Público estadual e estabeleceu multa de R\$ 940 mil para o Município de Paripiranga, em razão de descumprimento de acordo judicial, realizado há mais de 11 anos, no qual o Poder Público municipal se comprometeu a regulamentar o trânsito da cidade. O agravo de instrumento foi acatado no último dia 7, parcialmente, por unanimidade, pela Primeira Câmara Cível do TJ. O recurso do MP contestou decisão judicial que reduziu a multa imposta ao Município a multa de R\$ 4,25 milhões para R\$ 50 mil. O MP argumentou que redução tão grande no valor resultaria em incentivo à Administração Pública municipal em seguir sem regularizar o trânsito local. O argumento foi seguido pelos desembargadores que destacaram o longo período de inadimplência [Continue lendo](#)

## MP recomenda a Salvador suspensão de licitações de alienação de terrenos por falta de transparência

O Ministério Público estadual, por meio das promotoras de Justiça Rita Tourinho e Hortênsia Gomes Pinho, titulares da 2ª e 5ª Promotorias de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, recomendaram hoje, dia 18, à Secretaria da Fazenda do Município de Salvador (Sefaz) medidas para o aperfeiçoamento da publicidade dos editais de alienação de áreas públicas e para uma melhor informação, nas alienações em si, na informação da composição dos valores e da destinação dos recursos. A recomendação pede especificamente a suspensão dos processos [Prossiga](#)

# Notícias do MPBA

## Cooperação técnica entre MP e Sebrae visa maior eficiência dos negócios públicos nos municípios baianos

O Ministério Público estadual e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) assinaram hoje, dia 14, termo de cooperação técnica com o objetivo de propiciar maior eficiência à gestão pública dos municípios baianos, por meio de ações e projetos integrados [Veja mais](#)



## Resolutividade no segundo grau é tema de webinar no MP

Estratégias para tornar a atuação institucional do Ministério Público estadual na segunda instância foram o foco dos debates de hoje, dia 16, no primeiro dia da segunda série do webinar 'Resolutividade em 2º grau, repercussões nas esferas do MP'. Realizado no formato de videoconferência, por meio da plataforma Teams, o evento, que contou com a participação de membros dos Ministérios Públicos brasileiros, servidores e estagiários do MPBA [Leia mais](#)

## MP e MPF recomendam ao Município de Guanambi rescisão de contrato com escritório de advocacia

O Ministério Público estadual e o Ministério Público Federal recomendaram ao Município de Guanambi que anule o procedimento de inexibibilidade de licitação n. 008/21 e rescinda o contrato com o escritório de advocacia 'Abubakir, Rocha & Pinheiro Advogados Associados', no prazo de 15 dias. O escritório foi contratado para prestação de serviços de ajuizamento e acompanhamento de ação judicial que busca a correção e a restituição de valores repassados aos municípios no âmbito do Fundeb, remunerado no percentual de [Confira](#)



# Notícias do MPBA

## MP recomenda que Juazeiro siga os critérios técnicos estabelecidos no Plano Nacional de Imunização para vacinação dos grupos prioritários

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Daniela Baqueiro Vargas Leal Alves, recomendou que o Município de Juazeiro atenda-se rigorosamente aos critérios técnicos de prioridade na vacinação contra a Covid-19, seguindo estritamente o quanto estabelecido no Plano Nacional de Imunização (PNI). A promotora de Justiça [Leia mais](#)



Crédito: <https://bit.ly/3rckuaV>



Crédito: <https://bit.ly/2VQFc4R>

## Covid-19 - Bahiaturisa é orientada a condicionar repasses para lives juninas a respeito a normas sanitárias

O Ministério Público estadual, por meio do GT Coronavírus, recomendou à Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiaturisa) que condicione o repasse de recursos aos municípios para a realização de lives de São João à observância de normas de segurança sanitária em razão da pandemia do coronavírus. De acordo com o documento, os municípios devem, qualquer que seja o procedimento de contratação utilizado, seguir os princípios da Administração Pública e da licitação, em especial da impessoalidade [Veja mais](#)



## Promoção pessoal e divulgação de atos estatais - ADI 6522/DF

**RESUMO:** Está em desconformidade com a Constituição Federal (CF) a delegação a cada Poder para definir, por norma interna, as hipóteses pelas quais a divulgação de ato, programa, obra ou serviços públicos não constituirá promoção pessoal.

O agente público não pode se valer do cargo que exerce ou dos recursos públicos que gere para a autopromoção política, sob pena de incorrer em desvio de finalidade e contrariar os princípios da impessoalidade e da probidade. O princípio estabelecido pelo [Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1017/2021 - Brasília, 21 de maio de 2021

## Inconstitucionalidade da ascensão funcional e possibilidade de promoção por conclusão de curso de nível superior - ADI 6355/PE

**RESUMO:** É inconstitucional a interpretação de disposições legais que viabilizem a promoção a cargo de nível superior a servidores que ingressaram por concurso público para cargo de nível médio.

A equiparação de carreira de nível médio a outra de nível superior constitui ascensão funcional, vedada pelo art. 37, II, da Constituição Federal (CF) (1). Com base nesse entendimento, o Plenário, por maioria, julgou procedente em parte o pedido para conferir interpretação conforme à [Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1019/2021, Brasília, 04 de junho de 2021

# Notícias do STJ

**Improbidade administrativa. Fase de cumprimento de sentença. Requerimento de medidas coercitivas. Suspensão de CNH e apreensão de passaporte. Previsão feita no art. 139, IV, do CPC/2015. Medidas executivas atípicas. Aplicação em processos de improbidade. Observância de parâmetros. Análise dos fatos da causa. Possibilidade.**

**DESTAQUE:** São cabíveis medidas executivas atípicas de cunho não patrimonial no cumprimento de sentença proferida em ação de improbidade administrativa. [Veja mais](#)

Informativo STJ - Nº 0695/2021, Brasília, 10 de maio de 2021

**Improbidade administrativa. Decisão interlocutória que indefere pedido de depoimento pessoal. Agravo de instrumento. Cabimento. Prevalência de previsão contida na Lei da Ação Popular sobre o artigo 1.015 do CPC/2015. Microssistema de tutela coletiva.**

**DESTAQUE:** Aplica-se à ação de improbidade administrativa o previsto no artigo 19, § 1º, da Lei da Ação Popular, segundo o qual das decisões interlocutórias cabe agravo de instrumento. [Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0695/2021, Brasília, 10 de maio de 2021



**Concurso público. Enfermeiro. Cadastro de reserva. Direito à nomeação. Contratação temporária. Descaracterização. Contratação decorrente da pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2. Determinação judicial para contratação temporária.**

**DESTAQUE:** A contratação temporária de terceiros para o desempenho de funções do cargo de enfermeiro, em decorrência da pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, e determinada por decisão judicial, não configura preterição ilegal e arbitrária nem enseja direito a provimento em cargo público em favor de candidato aprovado em cadastro de reserva. [Leia mais](#)

Informativo STJ - Nº 0695/2021 - Brasília, 10 de maio de 2021

# Expediente



**Procuradora-Geral de Justiça**  
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

**CAOPAM - Coordenador**  
Frank Monteiro Ferrari

**CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativas**  
Evanilda da Silva Santos  
Juliana Fernandes Prado  
Juliana Gouvea Dumas  
Leandro Rodrigues Blanco

**CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas**  
Renata Sueli Leite Araújo Barreto  
Vanessa Pontes de Paula

✉ [caopam@mpba.mp.br](mailto:caopam@mpba.mp.br)  
☎ 71 3103-6400  
☎ 71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À  
MORALIDADE - CAOPAM  
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores  
Clique aqui